



Governo do Estado de São Paulo
Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados
de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP
Analista de Suporte à Regulação de Transporte I

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'E05', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Gerais**
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase abaixo, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Maquiavel escreveu, em 1513, sua obra mais importante: O Príncipe.

- Verifique se este caderno contém 80 questões numeradas de 1 a 80.
- contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C ○ D ○ E

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 5 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de número 1 a 5, baseie-se no texto a seguir.

O mar, a terra, o homem

O mar não é apenas adversário do homem que o desconhece, mas é também inimigo de suas próprias crias. Como uma tigresa selvagem que abalada na selva esmaga os próprios filhotes, assim também o mar atira contra os rochedos até mesmo as baleias mais poderosas. Nem misericórdia, nem força nenhuma senão a do próprio mar governa.

Considere a sutileza do mar; como as suas criaturas mais temidas deslizam sob as águas, invisíveis na maior parte, traiçoeiramente ocultas sob os matizes mais encantadores do azul. Considere também o brilho e a beleza diabólica de suas hordas sem piedade, como a forma delicadamente adornada de muitas espécies de tubarão. Considere, uma vez mais, também o canibalismo universal do mar, cujas criaturas se devoram umas às outras, continuando a guerra eterna desde o início do mundo.

Considere tudo isso; e então se volte para esta terra tão verde, suave e dócil; ambos considere, o mar e a terra; e você não acha que existe uma analogia estranha com algo dentro de você? Pois, tal como o oceano aterrador cerca a terra verdejante, também há na alma do homem um terreno insular, cheio de paz e alegria, mas rodeado por todos os horrores da metade desconhecida da vida, aquela sobre a qual não temos nenhum controle. Que você não se afaste dessa ilha, pois poderá não mais voltar.

(Adaptado de: MELVILLE, Herman. **Moby Dick**. São Paulo: Cosac Naify, 2013, p. 299)

1. Na analogia estranha que o texto propõe, entende-se que
 - (A) o mar e a terra são igualmente atraentes para o homem que se aventura e triunfa nos espaços desses elementos.
 - (B) o homem, assim como o mar e a terra, conserva seus mais afáveis encantos nas regiões que se ocultam ao olhar de fora.
 - (C) as ameaças do mar, que cercam a bela terra insulada, lembram os perigos que rondam a interioridade anímica do homem.
 - (D) o homem serve-se da terra verdejante e das potências do mar sem se acautelar contra os perigos que ambos representam.
 - (E) a terra e o mar, quando desenvolvem a fúria que lhes é própria, lembram a ferocidade das turbulências humanas.

2. Nos dois primeiros parágrafos desenvolve-se uma figuração segundo a qual o mar
 - (A) chega a ameaçar até mesmo a selva que lhe é próxima, com a fúria de um animal que se faz presa do canibalismo.
 - (B) se vale da sua aparência aterrorizante para intimidar a todos que pretendam se aventurar em suas águas turbulentas.
 - (C) ostenta na superfície a mesma fúria que abriga nas profundezas, onde se batem e se devoram as criaturas que nele vivem.
 - (D) faz visíveis todas as ameaças que ele dirige a quem ousa enfrentar as criaturas que mantém sob a sua guarda.
 - (E) oculta sob suas tonalidades mais sedutoras a violência de criaturas impiedosas, que chegam a se entredorvorar.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *inimigo de suas próprias crias* (1^a parágrafo) = postulante de suas criações.
 - (B) *ocultas sob os matizes mais encantadores* (2^a parágrafo) = encobertas pelas mais sedutoras nuances.
 - (C) *a beleza diabólica de suas hordas* (2^a parágrafo) = a simetria infernal de suas hostes.
 - (D) *existe uma analogia estranha* (3^a parágrafo) = ocorre um paralelismo crônico.
 - (E) *há na alma do homem um terreno insular* (3^a parágrafo) = tem no espírito humano uma área ignota.

4. Justifica-se plenamente o emprego no plural das formas verbais na frase:
 - (A) Dentro de cada homem amam-se as cores do mar, tanto quanto se temem seus perigos.
 - (B) Não se sabem exatamente quais sejam seus perigos, uma vez que os ocultam o brilho do mar.
 - (C) Ameaçam até mesmo as baleias gigantes a fúria oculta do mar que as deviam proteger.
 - (D) Cabem às ondas do mar seduzir os homens para que somente lhes ocorram a ilusão de segurança.
 - (E) Aproveitam-se de suas nuances de azul o mar traiçoeiro que tantos homens põem-se a seduzir.



5. Transpondo-se para a voz passiva a frase *o mar atira contra os rochedos até mesmo as baleias mais poderosas*, a forma verbal resultante deverá ser
- (A) estavam a atirar-se.
 - (B) atiraram-se.
 - (C) atiraram-lhes.
 - (D) são atiradas.
 - (E) eram atirados.

Atenção: Para responder às questões de números 6 a 9, baseie-se no texto a seguir.

Amigo de verdade

A madrugada ia alta na redação da revista quando o meu colega Jairo, sentado à minha frente, interrompeu a crítica de teatro de que estava se incumbindo, levantou os olhos e me propôs uma grave questão:

– Sabe qual é o maior problema do artista brasileiro?

Preparei-me para ouvir mais uma de suas sábias reflexões sobre as vicissitudes do gênero humano, mais uma de suas tiradas que costumava proferir a horas mortas, como sùmulas conclusivas. Não me decepcionei:

– É não ter um amigo que diga a ele: fulano, não faça isso...

Todos os que estimam o valor inalienável da franqueza incondicional concordarão com ele. Mas, acrescento eu, que a recomendação não precisa se limitar ao caso do artista brasileiro.

(Adaptado de: WERNECK, Humberto. **Esse inferno vai acabar**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2011, p. 159)

6. Da leitura do texto deduz-se que seu autor
- (A) acatou plenamente a observação do amigo quanto à necessidade de por vezes sermos impiedosos disciplinadores.
 - (B) concordou com a prática virtuosa da sinceridade do conselho, mas julgou que este poderia se aplicar mais extensivamente.
 - (C) acolheu a específica sugestão do amigo, mas contestou a possibilidade de ela prosperar num âmbito maior.
 - (D) ponderou bem a sugestão de seu colega, concluindo que ela poderia parecer um momento de deslealdade.
 - (E) refletiu sobre o aconselhamento do soturno colega e concluiu que a recomendação não se aplicava a um artista brasileiro.
7. No contexto, a expressão *sùmulas conclusivas*
- (A) refere-se, precisamente, às vicissitudes do gênero humano.
 - (B) atesta uma formalização das *sábias reflexões* do colega de redação.
 - (C) contraria plenamente a importância de uma grave questão.
 - (D) ironiza o *valor inalienável* atribuído à franqueza da recomendação.
 - (E) contradiz o valor atribuído às *tiradas* proferidas pelo colega.
8. A frase *interrompeu a crítica de teatro de que estava se incumbindo* permanecerá gramaticalmente correta caso se substitua o elemento nela sublinhado por
- (A) da qual se propusera de cuidar
 - (B) em cuja forma estava lidando
 - (C) pela qual se esmerava em analisar
 - (D) com cuja redação se ocupava
 - (E) aonde se dispunha a redigi-la

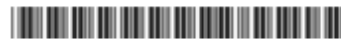
9. A supressão da vírgula altera o sentido da frase:
- (A) Mesmo que se queira, não é fácil cultivar a plena sinceridade.
 - (B) Evidentemente, a recomendação do amigo não excluía outras profissões.
 - (C) O colega cuidava do artista brasileiro, que não leva a sério suas escolhas.
 - (D) Ao escrever a crítica da peça, talvez lhe tivesse ocorrido tal recomendação.
 - (E) Ao que tudo indica, meu colega estava preocupado com o desempenho dos atores.

**Matemática e Raciocínio Lógico**

10. Em uma urna há 90 fichas, que podem ser vermelhas, verdes ou amarelas. Um quinto das fichas são amarelas. Para cada 7 fichas vermelhas há 5 fichas verdes. Dez fichas vermelhas são retiradas da urna. Em relação ao número de fichas na urna após essa retirada, a razão entre o número de fichas vermelhas e o total de fichas é igual a
- (A) 1/5
(B) 2/5
(C) 1/4
(D) 2/3
(E) 1/3
-
11. Para se preparar para um concurso público Maria estudou durante D dias. No primeiro dia Maria estudou h horas e a cada dia seguinte estudou 5 minutos a mais do que no dia anterior. No terceiro dia ela estudou 40 minutos e durante os D dias estudou 2250 minutos. O total de dias que Maria estudou para o concurso foi de
- (A) 25
(B) 22
(C) 24
(D) 26
(E) 27
-
12. O valor de x que resolve a equação $8^{x+5} = \frac{1}{16\sqrt{2}}$ é
- (A) 4,5
(B) -5,5
(C) -6,5
(D) 5,5
(E) -4,5
-
13. João calculou a média aritmética de 40 números e encontrou 38 como resultado. Depois ele percebeu que havia utilizado nesse cálculo o número 56, mas o número que ele deveria ter usado era 36. A média correta que João deveria ter encontrado é
- (A) 36,5
(B) 37
(C) 37,5
(D) 35,5
(E) 36

Administração Pública (Noções de Direito Constitucional e Direito Administrativo)

14. Morgana, brasileira naturalizada, 30 anos de idade, professora, deseja se candidatar, nas próximas eleições, ao cargo de Governadora do Estado onde reside. Seu vizinho, Manoel, brasileiro nato, advogado, 67 anos de idade, não pretende exercer nenhum cargo político, mas disse que votará em Morgana e que seu filho, Noé, brasileiro nato, analfabeto, 30 anos de idade, também irá nela votar. Noé também pretende participar das próximas eleições, candidatando-se ao cargo de Deputado Estadual. Nessa situação, de acordo com a Constituição Federal de 1988, com base apenas nas informações fornecidas, poderá(ão) se candidatar ao(s) cargo(s) pretendido(s)
- (A) Morgana, apenas, sendo que o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para Morgana e Manoel e facultativos para Noé.
(B) Morgana e Noé, sendo que o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para Morgana e Manoel e facultativos para Noé.
(C) Noé, apenas, sendo que o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para Manoel e Noé e obrigatórios para Morgana.
(D) Noé, apenas, sendo que o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para Morgana, Manoel e Noé.
(E) Morgana, apenas, sendo que o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para Morgana, facultativos para Manoel e proibidos para Noé.



15. Considere:

- I. Legislar sobre direito civil, penal, processual e do trabalho.
- II. Impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.
- III. Preservar as florestas, a fauna e a flora.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

16. De acordo com a Constituição Federal de 1988, o mandado de segurança coletivo

- (A) pode ser impetrado por qualquer partido político e por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos cinco anos, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- (B) será concedido para proteger direito líquido e certo, ainda que esse direito seja amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- (C) será concedido para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for, exclusivamente, autoridade pública.
- (D) pode ser impetrado por qualquer pessoa sempre que houver violação de direito líquido e certo de uma coletividade, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- (E) pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, bem como por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

17. Nelson é membro do Poder Executivo e, no exercício de suas funções, agindo com a finalidade específica de prejudicar terceira pessoa, abusou do poder que lhe foi atribuído, cometendo crime de abuso de autoridade. De acordo com a Lei nº 13.869/2019, esse crime é de ação penal pública

- (A) incondicionada, sendo admitida ação privada se a ação penal pública não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.
- (B) incondicionada, sendo que se não intentada no prazo legal a ação penal pública, será admitida ação privada subsidiária, exercida no prazo de um ano contado da data em que se esgotar o prazo para oferecimento da denúncia, não podendo a queixa ser repudiada pelo Ministério Público.
- (C) condicionada, sendo admitida ação privada se a ação penal pública não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.
- (D) condicionada, sendo que se não intentada no prazo legal a ação penal pública, será admitida ação privada subsidiária, exercida no prazo de seis meses contados da data em que se esgotar o prazo para oferecimento da denúncia.
- (E) condicionada, sendo que se não intentada no prazo legal a ação penal pública, será admitida ação privada subsidiária, exercida no prazo de um ano da data em que foi praticado o crime, não podendo a queixa ser repudiada pelo Ministério Público.

18. De acordo com a Lei nº 8.429/1992,

- (A) constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso ou culposo, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo em qualquer dos Poderes da União.
- (B) independentemente de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções dessa Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, não se limitando o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- (C) os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado respondem, nos limites da sua participação, pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, ainda que não haja comprovação de participação e benefícios diretos.
- (D) o sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.
- (E) o agente público que praticar qualquer ato que configure improbidade administrativa não poderá sofrer sanção de suspensão dos direitos políticos por prazo superior a oito anos, independentemente da gravidade do ato.



19. Para fins do Decreto nº 68.155/2023, que regulamenta, no âmbito do Estado de São Paulo, a Lei federal nº 12.527/2011, considera-se
- (A) tratamento da informação: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.
 - (B) credencial de segurança: responsabilidade pela guarda de informações.
 - (C) custódia: autorização expressa, concedida a agente público estadual, para acesso a informações classificadas com grau de sigilo.
 - (D) integridade: qualidade da informação não modificada, exceto quanto à origem, trânsito e destino.
 - (E) autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.

20. De acordo com a Lei nº 10.294/1999, do Estado de São Paulo, o processo administrativo

- (A) poderá ser instaurado mediante representação de qualquer usuário de serviço público, sendo possível a rejeição dessa representação se manifestamente improcedente, cabendo recurso no prazo de 15 dias para a autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido que, obrigatoriamente, deve, de imediato, fazê-lo subir.
- (B) será instaurado de ofício ou mediante representação de qualquer usuário de serviço público, bem como dos órgãos ou entidades de defesa do consumidor, sendo que, durante a sua tramitação, é assegurado ao interessado, dentre outros direitos, o de ter ciência da tramitação do processo e das decisões nele proferidas, inclusive da respectiva motivação e das opiniões divergentes.
- (C) será instaurado de ofício e, para a sua instrução, a Administração atuará de ofício, sendo permitido aos interessados juntar documentos, mas sendo-lhes vedado requerer diligências e perícias. Concluída a instrução, os interessados terão o prazo de 10 dias para manifestação pessoal.
- (D) compreende três fases: instauração, instrução e decisão, sendo que essa decisão será proferida pelo órgão responsável pela apuração de infração às normas dessa lei, podendo somente determinar o arquivamento dos autos ou o seu encaminhamento aos órgãos competentes para apurar os ilícitos administrativo, civil e criminal, se for o caso.
- (E) será julgado pelo órgão responsável pela apuração de infração às normas da referida lei, sendo que os prestadores de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nesta qualidade, causarem ao usuário, a terceiros e, quando for o caso, ao Poder Público, assegurado o direito de regresso contra o responsável apenas no caso de dolo.

21. Considere:

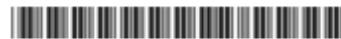
- I. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição Federal.
- II. Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de referendo, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- III. É vedado à União estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

22. Celina realiza trabalho noturno na empresa privada "X" e deseja introduzir seu filho Eduardo, que completou 17 anos de idade na última semana, no mercado de trabalho, pois seu marido, Rodolfo, foi demitido sem justa causa da empresa privada "Y", onde trabalhava há mais de dois anos, estando desempregado há um mês, sem receber qualquer outra renda e sem ter conseguido, apesar de estar procurando, outro emprego. Celina, planejando conseguir mais renda para cobrir as despesas da casa, pensa em conversar com a empresa "X" para que Eduardo comece a trabalhar lá imediatamente, fazendo o mesmo horário que ela. Nessa situação, considerando apenas as informações fornecidas, de acordo com a Constituição Federal de 1988, Eduardo

- (A) poderá realizar o trabalho nas condições pretendidas por Celina, pois é maior de 16 anos de idade, sendo garantido o seguro-desemprego a Rodolfo em caso de desemprego voluntário ou involuntário, podendo, portanto, requerê-lo.
- (B) não poderá realizar o trabalho nas condições pretendidas por Celina, pois é proibido qualquer trabalho ao menor de 18 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos de idade, sendo que Rodolfo poderá requerer seguro-desemprego.
- (C) não poderá realizar o trabalho nas condições pretendidas por Celina, pois é proibido o trabalho noturno ao menor de 18 anos de idade, sendo que Rodolfo poderá requerer seguro-desemprego.
- (D) poderá realizar o trabalho nas condições pretendidas por Celina, pois é maior de 16 anos de idade, sendo vedado a Rodolfo requerer o seguro-desemprego.
- (E) não poderá realizar o trabalho nas condições pretendidas por Celina, pois é proibido o trabalho noturno ao menor de 18 anos de idade, e Rodolfo não poderá requerer seguro-desemprego.

**Regulação e Agências Reguladoras**

23. Uma concessionária de serviço público, no desempenho direto e pessoal do serviço concedido, causou, culposamente, danos a usuários, não obstante a regular fiscalização exercida pelo órgão competente. Nessa hipótese, à luz do disposto na Lei Estadual nº 7.835/1992, a responsabilidade pelos prejuízos suportados pelos usuários será
- (A) exclusiva da concessionária.
 - (B) exclusiva do poder concedente.
 - (C) solidária com o poder concedente.
 - (D) subsidiária à do poder concedente.
 - (E) compartilhada com o poder concedente.
-
24. Nos termos da Lei Estadual nº 7.835/1992, na concessão de obras e/ou serviços públicos, incumbe ao Poder Concedente
- (A) prestar contas à concessionária da gestão do serviço.
 - (B) prestar serviço adequado a todos os usuários.
 - (C) manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à concessão.
 - (D) regulamentar o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação.
 - (E) promover as desapropriações, conforme autorização da concessionária.
-
25. A Lei Estadual nº 7.835/1992 prevê que, em caso de extinção da concessão de obras e/ou de serviços públicos, compete ao Poder Concedente
- (A) retomar os direitos e privilégios delegados, com reversão dos bens vinculados à prestação do serviço.
 - (B) assumir gradualmente a execução do serviço, conforme cronograma a ser definido juntamente com a concessionária.
 - (C) solicitar o aval da concessionária para ocupar e utilizar os locais, instalações, equipamentos, materiais e recursos humanos vinculados à prestação do serviço.
 - (D) garantir a continuidade da concessão à concessionária até que sobrevenha decisão judicial definitiva.
 - (E) realizar a transferência automática da concessão a outra empresa privada, sem necessidade de novo processo licitatório.
-
26. A Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) é
- (A) órgão da Administração Pública Direta subordinado à Secretaria de Parcerias em Investimentos.
 - (B) fundação, com personalidade jurídica de direito público.
 - (C) empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado.
 - (D) sociedade de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado.
 - (E) autarquia de regime especial, com personalidade jurídica de direito público.
-
27. *No primeiro trimestre de 2025, a Agência de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) realizou 6.546 fiscalizações em veículos que operam o transporte intermunicipal coletivo de passageiros, representando aumento de 75% em relação ao mesmo período do ano anterior (3.740). As operações abrangeram ônibus, vans e micro-ônibus, a fim de identificar irregularidades, combater a clandestinidade e garantir mais segurança e conforto para os usuários.*
- (Fiscalização do transporte intermunicipal cresce 75% no primeiro trimestre, 14/04/2025. Disponível em: <https://www.artesp.sp.gov.br/>)
- A ARTESP, nos termos e limites da lei, tem competência para fiscalizar, controlar e regular, no âmbito do Estado, os serviços de transporte coletivo intermunicipal
- (A) inclusive metropolitano, apenas no modal rodoviário.
 - (B) exceto metropolitano, em quaisquer de seus modais.
 - (C) inclusive metropolitano, em quaisquer de seus modais.
 - (D) exceto metropolitano, apenas no modal rodoviário.
 - (E) inclusive metropolitano, apenas nos modais rodoviário e ferroviário.
-
28. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 1.413/2024, a competência das agências reguladoras para realizarem concursos públicos para preenchimento de seu quadro de empregos públicos permanentes, após autorização governamental, e provê-los até o limite do número de vagas estabelecido no edital, decorre de sua autonomia
- (A) orçamentária.
 - (B) administrativa.
 - (C) financeira.
 - (D) decisória.
 - (E) política.



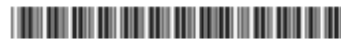
29. De acordo com a Lei Federal nº 11.079/2004, é permitida a celebração de contrato de parcerias público-privadas (PPP)
- que tenha como objeto único o fornecimento de mão de obra.
 - cujo prazo de vigência seja inferior a cinco anos.
 - que tenha como objeto único o fornecimento e instalação de equipamentos.
 - cujo valor seja igual ou superior a dez milhões de reais.
 - em que a Administração Pública assuma integralmente os riscos contratuais.
30. A Lei Estadual nº 9.361/1996, que cria o Programa Estadual de Desestatização (PED), prevê como um dos objetivos do Programa reordenar a atuação do Estado, propiciando à iniciativa privada
- o oferecimento de serviços e equipamentos públicos sem possibilidade de cobrança de tarifas.
 - a prestação de serviços nas áreas prioritárias de educação, saúde e segurança pública.
 - a fiscalização de serviços e equipamentos públicos, concorrendo para o saneamento das finanças do Estado.
 - a promoção dos processos licitatórios, quando o caso, conforme a modelagem aprovada pelo Conselho Diretor do Programa.
 - a prestação de serviços públicos e a execução de obras de infraestrutura, possibilitando a retomada de investimentos nessas áreas.
31. Durante o período de execução de contrato de parceria público-privada (PPP), o Poder Público solicitou o acesso às instalações do parceiro privado, bem como informações e documentos inerentes ao contrato, inclusive seus registros contábeis. Segundo a Lei Estadual nº 11.688/2004, o parceiro privado
- pode negar o acesso solicitado pelos agentes públicos até que sobrevenha determinação judicial.
 - deve fornecer o acesso integral solicitado pelos agentes públicos.
 - apenas pode negar o acesso às suas instalações, pois se trata de espaço de natureza privada.
 - apenas deve fornecer as informações e documentos solicitados, porém sem obrigação de apresentar seus registros contábeis.
 - apenas pode negar o acesso às informações e aos documentos solicitados, com fundamento no sigilo de dados e informações.

Excel

Atenção: Na versão Office 365 do Microsoft Excel, em português e funcionando em condições ideais, para responder às questões de números 32 a 34 considere a planilha Excel *Controle de Veículos*, a seguir:

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1	Placa	Tipo	Quilometragem	Data Última Revisão	Dias Sem Revisão	Consumo Médio (km/l)	Custo Mensal	Status	Observações
2	ABC-1234	Sedan	85.000	01/01/2024	289	10,5	R\$ 1.200,00	Normal	Troca de óleo em 3 meses
3	XYZ-5678	SUV	32.000	15/07/2024	144	8,8	R\$ 1.550,00	Manutenção Pendente	Necessita troca de pneus
4	GHI-9012	Picape	150.000	10/12/2023	311	7,2	R\$ 1.800,00	Urgente	Freios com desgaste máximo
5	DEF-3456	Hatch	45.000	20/09/2024	58	12,1	R\$ 950,00	Normal	Nenhuma
6	JKL-7890	Van	120.000	05/03/2024	265	6,5	R\$ 2.100,00	Normal	Uso intenso, monitorar
7	MNO-1122	Sedan	15.000	18/11/2024	29	11,8	R\$ 1.050,00	Normal	Nenhuma
8	PQR-3344	SUV	60.000	25/08/2024	114	9,5	R\$ 1.400,00	Manutenção Pendente	Próxima revisão em 15 dias
9	STU-5566	Hatch	28.000	03/10/2024	76	13,2	R\$ 800,00	Normal	Nenhuma
10	VWX-7788	Picape	95.000	12/04/2024	247	7,9	R\$ 1.950,00	Urgente	Problema elétrico
11	YZA-9900	Van	40.000	22/06/2024	157	6,9	R\$ 1.700,00	Normal	Nenhuma
12	BCD-1133	Sedan	72.000	08/05/2024	225	10,1	R\$ 1.350,00	Normal	Filtros trocados

32. Na planilha, o gestor deseja aplicar uma regra de formatação na coluna H (*Status*) para facilitar a identificação visual (em cores) das diferentes situações dos veículos. Considerando as boas práticas de formatação e destaque de prioridades, deve-se
- aplicar um filtro na coluna H, definindo a cor verde para células que contenham a palavra "Normal", já que representam a maioria dos casos.
 - criar uma regra de formatação condicional usando o filtro "Manutenção Pendente" aplicado a toda a coluna H, configurando fonte em negrito e fundo amarelo para destacar os casos urgentes.
 - utilizar formatação condicional do tipo "Escala de Cores" de três cores (verde, amarelo, vermelho) na coluna H combinada com filtro na coluna I (*Observações*) que destaque a situação iminente de manutenção, permitindo gradação automática entre os diferentes *status* textuais.
 - criar três regras de formatação condicional na coluna H: (1) células iguais a "Urgente" com fundo vermelho e fonte branca; (2) células iguais a "Manutenção Pendente" com fundo amarelo e fonte preta; (3) células iguais a "Normal" com fundo verde claro e fonte preta.
 - aplicar formatação condicional baseada em valores maiores que a média na coluna E (*Dias Sem Revisão*), destacando, na coluna H, automaticamente os *status* que aparecem com maior frequência na planilha.



33. Na versão Office 365 do Microsoft Excel, em português e funcionando em condições ideais, considere a planilha Excel *Características*, a seguir, que será utilizada em conjunto com a planilha de *Controle de Veículos*, ambas no mesmo arquivo Excel:

	A	B	C
1	Placa	Ano de fabricação	Cor
2	ABC-1234	2010	amarela
3	BCD-1133	2000	grafite
4	DEF-3456	2015	marrom
5	GHI-9012	1990	vermelha
6	JKL-7890	2016	preta
7	MNO-1122	2020	branca
8	PQR-3344	1998	vermelha
9	STU-5566	2018	cinza
10	VWX-7788	1989	prata
11	XYZ-5678	2000	azul
12	YZA-9900	2023	chumbo

Estando em uma célula vazia na planilha *Controle de Veículos*, o gestor de frota precisa buscar o Ano de Fabricação e a Cor constantes na planilha *Características*.

Para exibir a Cor, a fórmula correta é:

- (A) =PROCH(A2;Características.xlsx!\$A\$2:\$C\$12;3;1)
 (B) =PROCV(A2;Características.xlsx!\$A\$2:\$C\$12;3;0)
 (C) =PROCURA(A2;Características.xlsx!\$A\$2:\$C\$12;3;VERDADEIRO)
 (D) =PROCX(A2;Características.xlsx!\$A\$2:\$C\$12;3)
 (E) =PESQUISA(A2;Características.xlsx!\$A\$2:\$C\$12;3;0;FALSO)

34. O gestor de transporte quer aplicar uma fórmula Excel para atender à seguinte condição da linha 2 da planilha *Controle de Veículos*:

- Se Dias Sem Revisão for maior que 200 e Status for "Normal", alterar Status para "Manutenção Pendente".

A fórmula correta é:

- (A) =E(SE(E2>200) E (H2="Normal")); "Manutenção Pendente";H2)
 (B) =SE(E2>200 E H2="Normal"); "Manutenção Pendente";H2)
 (C) =SE(E2>200 E (H2="Normal")); "Manutenção Pendente":H2)
 (D) =SE(E(E2>200;H2="Normal")); "Manutenção Pendente";H2)
 (E) =E(SE(E2>200;H2="Normal")); "Manutenção Pendente";H2)

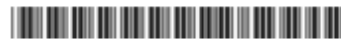
35. O gestor da frota estadual deseja analisar os custos mensais dos veículos agrupados por Tipo (Sedan, SUV, Picape, Hatch, Van) para identificar quais categorias geram maior despesa. Para criar essa análise com uma Tabela Dinâmica no Excel, deve-se: Selecionar

- (A) toda a coluna *Custo Mensal*, clicar em *Inserir > Tabela Dinâmica*, e agrupar manualmente os valores por Tipo.
 (B) a planilha inteira, clicar em *Inserir > Tabela Dinâmica*, e arrastar *Placa* para *Linhas* e *Custo Mensal* para *Valores*, obtendo o custo por veículo individual.
 (C) a planilha inteira, clicar em *Inserir > Tabela Dinâmica*, arrastar *Tipo* para *Linhas* e *Custo Mensal* para *Valores*, configurando a soma dos custos por categoria de veículo.
 (D) apenas a coluna *Tipo*, clicar em *Inserir > Tabela Dinâmica*, e arrastar *Observações* e *Custo Mensal* para *Valores*, obtendo o total de observações e custos por tipo de veículo.
 (E) a planilha inteira, clicar em *Inserir > Tabela Dinâmica*, arrastar *Dias Sem Revisão* e *Custo Mensal* para *Linhas* e *Consumo Médio* para *Valores*, obtendo a média de consumo por dias sem revisão.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

Atenção: As questões de números 36 a 44 referem-se à disciplina Licitações e Contratos Administrativos.

36. Acerca do seu âmbito de incidência, a Lei nº 14.133/2021 estatui que suas disposições NÃO se aplicam
- (A) às empresas estatais, regidas exclusivamente pela Lei nº 13.303/2016.
 - (B) às contratações relativas à gestão, direta e indireta, das reservas internacionais do País, disciplinadas em ato normativo próprio do Banco Central do Brasil.
 - (C) a licitações realizadas no âmbito das repartições públicas sediadas no exterior, que obedecerão à legislação do país onde estão situadas.
 - (D) às contratações de tecnologia da informação e de comunicação, sujeitas a regulamento próprio estabelecido pela ANATEL.
 - (E) às contratações de microempresas e empresas de pequeno porte, sujeitas ao regramento constante da Lei Complementar nº 123/2006.
-
37. A propósito da matriz de alocação de riscos, a Lei nº 14.133/2021 estabelece que tal artefato é obrigatório em contratações
- (A) de obras ou serviços de engenharia.
 - (B) de serviços técnicos especializados.
 - (C) que envolvam a delegação de serviços públicos.
 - (D) resultantes de licitação na modalidade concorrência.
 - (E) que adotem os regimes de contratação integrada e semi-integrada.
-
38. No tocante à garantia de execução contratual, a Lei nº 14.133/2021 estatui que:
- (A) ao exigir seguro-garantia para obras e serviços, o edital pode prever a assunção da execução contratual pela seguradora, em caso de inadimplemento do contratado.
 - (B) a substituição da garantia pode ser formalizada por simples apostila.
 - (C) é possível exigir garantia de até 30% do valor inicial do contrato, na contratação de obras, serviços e fornecimentos.
 - (D) na hipótese de suspensão do contrato por ordem da Administração, o contratado ficará obrigado a renovar a garantia que vencer durante a interrupção da execução contratual.
 - (E) cabe à Administração escolher a modalidade de garantia a ser prestada pelo contratado.
-
39. Determinado órgão da Administração Pública, buscando viabilizar a contratação de produtos e serviços cujos preços flutuam constantemente no mercado, decide criar um sítio eletrônico, em que fornecedores previamente cadastrados disponibilizam os referidos objetos, podendo a qualquer momento atualizar os preços, sendo que a Administração, quando quiser realizar a contratação, selecionará aquele que oferecer as condições mais vantajosas para contratação, observada a compatibilidade com as condições oferecidas pelo mercado.
- À luz das disposições da Lei nº 14.133/2021, tal mecanismo de contratação é
- (A) inadmissível, pois viola o princípio da obrigatoriedade da licitação.
 - (B) admissível, caracterizando-se como sistema de registro de preços.
 - (C) admissível, caracterizando-se como sistema de credenciamento.
 - (D) admissível, caracterizando-se como sistema de pré-qualificação.
 - (E) admissível, caracterizando-se como procedimento de manifestação de interesse.
-
40. Determinado contrato de obra está sendo regularmente executado, quando a Administração emite ordem de serviço determinando a suspensão da execução contratual, justificando a medida com base na ausência de recursos financeiros para pagamento do contratado. Nos termos da Lei nº 14.133/2021,
- (A) tal situação enseja que o contratado requeira a imediata extinção do contrato, devendo ser indenizado pelos prejuízos advindos da quebra contratual.
 - (B) o ato da Administração é inválido, visto que, realizado o empenho, não será mais possível alegar falta de recursos financeiros.
 - (C) a suspensão não enseja o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, visto que a execução do cronograma físico-financeiro é matéria sujeita à prerrogativa da Administração.
 - (D) o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente à suspensão, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
 - (E) a situação exige que a Administração antecipe a próxima parcela de pagamento, caso decida pelo prosseguimento da execução contratual.



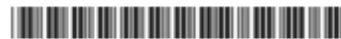
41. Ao dispor sobre o plano de contratações anual no âmbito da Administração Pública direta e autárquica, o Decreto nº 67.689/2023 estatui que:
- (A) devem constar do plano anual todas as contratações diretas, inclusive as realizadas por regime de adiantamento.
 - (B) ao final do ano de vigência do plano de contratações anual, as contratações planejadas e não realizadas serão justificadas quanto aos motivos de sua não consecução, vedada sua incorporação ao plano de contratações referente ao ano subsequente.
 - (C) as demandas que não constarem do plano de contratações anual somente poderão ser efetivadas no exercício subsequente.
 - (D) os papéis de requisitante e de área técnica poderão ser exercidos pelo mesmo agente público ou unidade, desde que, no exercício dessas atribuições, detenha conhecimento técnico-operacional sobre o objeto demandado.
 - (E) até o final de junho de cada exercício, os órgãos e as entidades elaborarão os seus planos de contratações anual, os quais conterão todas as contratações que pretendem realizar no exercício subsequente, excetuadas as contratações diretas, que devem ser objeto de documento específico.
-
42. Nos termos do Decreto nº 68.422/2024, no tocante à alienação de bens, encerrada a etapa de envio de lances, o leiloeiro oficial ou o servidor designado verificará a conformidade da proposta e procederá ao julgamento da licitação. A esse respeito, o Decreto estipula que:
- (A) na venda de imóveis, o ocupante de boa-fé do imóvel fará jus a direito de preferência na aquisição do bem.
 - (B) na hipótese de o procedimento restar fracassado, o órgão ou entidade realizará a venda direta do bem, vedada a realização de nova licitação.
 - (C) havendo empate entre os lances, será realizado sorteio para definição do licitante vencedor.
 - (D) quando o lance for inferior ao preço mínimo de alienação, haverá negociação com o vencedor, podendo a Administração aceitar proposta que seja até 10% inferior ao preço mínimo estipulado para a arrematação.
 - (E) haverá direito de preferência em favor das microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a proposta oferecida seja até 5% inferior ao maior lance.
-
43. Conforme preceitua o Decreto nº 67.888/2023, serão utilizados os seguintes parâmetros para aferição do melhor preço estimado para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública direta e autárquica:
- (A) dados de pesquisa publicada em jornal de circulação nacional, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal ou estadual e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 1 ano de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso.
 - (B) pesquisa direta com, no mínimo, 5 fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 3 meses de antecedência da data de divulgação do edital.
 - (C) pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas e/ou em bases do Estado de São Paulo, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 ano anterior à data de divulgação do edital, na forma estabelecida em ato do Secretário de Gestão e Governo Digital.
 - (D) composição de custos unitários menores ou iguais à média ponderada do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, observados os índices de atualização específicos ou setoriais, admitido o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), se não houver outro.
 - (E) pesquisa em *marketplaces* da internet de amplo conhecimento e confiabilidade, desde que atualizados no momento da pesquisa, contendo a data e a hora de acesso.
-
44. O Decreto nº 68.017/2023 considera a elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP. Essa elaboração é dispensada na hipótese de
- (A) aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos.
 - (B) contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual.
 - (C) contratação de bens ou serviços produzidos ou prestados no País que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional.
 - (D) contratação de associação de pessoas com deficiência, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgão ou entidade da Administração Pública, para a prestação de serviços.
 - (E) aquisição de medicamentos destinados exclusivamente ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde.

Atenção: As questões de números 45 a 53 referem-se à disciplina Administração.

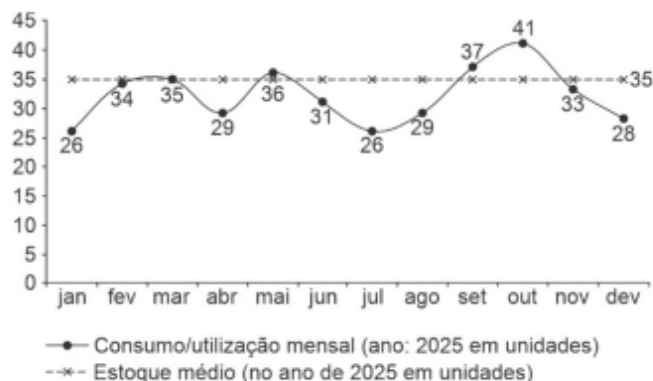
45. A abordagem sistêmica e a perspectiva funcionalista parsoniana estabelecem uma simbiose para explicar o papel desempenhado pelas organizações como atores sociais em um sistema social mais amplo. Nesse sentido, as organizações econômicas de uma sociedade são responsáveis pela função:
- (A) metas e objetivos.
 - (B) latência.
 - (C) integração.
 - (D) adaptação.
 - (E) entropia.



46. Em uma pequena fábrica de estruturas metálicas, a produção é dividida em células especializadas conforme o tipo de transformação técnica aplicada à matéria-prima. Há setores distintos como usinagem, solda, pintura e montagem final, cada um com equipe e equipamentos próprios, voltados para a máxima eficiência em suas atividades específicas. Nesse caso, esta empresa possui o tipo de Departamentalização por
- (A) processo.
 - (B) função.
 - (C) território.
 - (D) produto.
 - (E) projeto.
-
47. O planejamento estratégico perpassa pela compreensão do ambiente em que a empresa atua. Para isso, realiza-se o diagnóstico externo, no qual uma das dimensões analisadas toma por consideração as forças competitivas que moldam o retorno esperado do setor. Essas forças integram a dimensão do ambiente externo denominada
- (A) sequencial.
 - (B) contextual.
 - (C) estrutural.
 - (D) operacional.
 - (E) transacional.
-
48. A análise de processo é fundamental para o desenvolvimento das técnicas de controle estatístico da qualidade; sendo assim, um dos métodos apropriados é o ciclo PDCA, difundido por Deming. Em cada etapa de aplicação desse ciclo são utilizadas diversas ferramentas, dentre elas, a matriz GUT cujo objetivo é
- (A) identificar todas as possíveis causas-raiz de um problema.
 - (B) estabelecer prioridades decisórias na resolução de problemas minimizando seus impactos.
 - (C) quantificar a frequência com que certos eventos ocorrem em determinado período de tempo.
 - (D) demonstrar a intensidade da relação entre as variáveis observadas.
 - (E) acompanhar a variabilidade identificando causas intrínsecas e aleatórias.
-
49. Os processos que, com suas operações, agregam valor diretamente aos clientes e compradores da empresa são classificados como processos
- (A) finalísticos.
 - (B) gerenciais.
 - (C) de apoio.
 - (D) secundários.
 - (E) intermediários.
-
50. A partir da Constituição de 1988, a organização do Estado brasileiro, quanto à forma de governo, é a
- (A) Confederação.
 - (B) Oligarquia.
 - (C) República.
 - (D) Parlamentarista.
 - (E) Congressual.
-
51. Abordado com recorrência na Administração Pública, o termo "governança" é definido como um processo complexo de tomada de decisão que antecipa e ultrapassa o governo. Sendo assim, o termo "governança corporativa" no âmbito da Administração Pública traz consigo a visão da
- (A) implementação do Estado de bem-estar social.
 - (B) elaboração de mecanismos de freios e contrapesos para equilibrar o poder e as decisões.
 - (C) instauração do Estado-mínimo baseado na importância da redução do déficit público.
 - (D) organização de redes de relacionamentos integradas e horizontalizadas com o terceiro setor.
 - (E) necessidade de eficácia e da *accountability* na gestão dos bens públicos.
-
52. A Tipologia de Quinn organiza diferentes padrões de comportamento, valores e crenças compartilhadas, que definem a cultura de uma empresa. Da justaposição entre as dimensões "controle" e "enfoque externo" emerge o tipo cultural denominado de Cultura
- (A) inovativa.
 - (B) emocional.
 - (C) racional.
 - (D) grupal.
 - (E) hierárquica.



53. A figura a seguir apresenta um gráfico com a evolução do item "XZ" de almoxarifado em 2025:



O número de vezes que o item "XZ" do almoxarifado girou no estoque anual é:

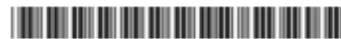
- (A) 11
- (B) 32
- (C) 21
- (D) 23
- (E) 15

Atenção: As questões de números 54 a 62 referem-se à disciplina Orçamento e Finanças.

54. Suponha que, em determinada concessão administrativa, a concessionária tenha apresentado pleito de reequilíbrio econômico-financeiro em face do Poder Concedente e este, instado a se manifestar, tenha reconhecido o direito da concessionária. Contudo, aventou-se a impossibilidade de efetuar quaisquer pagamentos em função de insuficiência da dotação orçamentária destinada ao contrato. Diante de tal cenário,
- (A) a situação demanda a abertura de crédito extraordinário, que prescinde de autorização legal, viável desde que haja superávit orçamentário.
 - (B) será necessária a abertura de crédito especial, por decreto do chefe do executivo, desde que seja cancelada dotação orçamentária de igual valor.
 - (C) os pagamentos poderão ser efetuados com base em dotação orçamentária insuficiente, desde que a diferença seja coberta com receitas extraorçamentárias.
 - (D) os pagamentos poderão ser suportados com crédito adicional suplementar, cuja abertura deve ser previamente autorizada por lei.
 - (E) em se tratando de contrato já em execução, desnecessária a suplementação orçamentária, cabendo remanejamento de saldos de outras rubricas.
55. Considerando os estágios da despesa pública, em uma situação de execução de contrato de obras em que tenham ocorrido medições e atestações ao final do exercício financeiro, sem que tenha sido possível efetuar os pagamentos correspondentes no mesmo ano,
- (A) as despesas deverão ser inscritas em restos a pagar, para pagamento no exercício subsequente como despesas extraorçamentárias.
 - (B) trata-se de restos a pagar não processados, eis que não efetuado o pagamento correspondente, mas apenas a liquidação, devendo ser cancelados.
 - (C) os pagamentos deverão ser feitos com lastro em dotações consignadas na Lei Orçamentária do exercício seguinte, onerando o respectivo orçamento.
 - (D) caso já tenha sido efetuada a liquidação da despesa, será obrigatório o cancelamento dos empenhos efetuados.
 - (E) os pagamentos deverão ocorrer como despesas de exercícios anteriores, opção adequada quando já tenha ocorrido empenho e liquidação.
56. De acordo com a disciplina estabelecida pela Lei nº 4.320/1964, eventual saldo positivo, apurado em balanço de fundos especiais de despesa ao final do exercício,
- (A) não pode servir de fonte para abertura de créditos adicionais, eis que vedada a desvinculação da destinação originária ao fundo.
 - (B) caracteriza superávit financeiro passível de ser utilizado em despesas do fundo, sem necessidade de dotações orçamentárias.
 - (C) é transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo, salvo disposição em sentido contrário da lei instituidora do fundo.
 - (D) deve ser cancelado, em face do princípio da anualidade, segundo o qual as receitas devem ser executadas no exercício em que arrecadadas.
 - (E) deve retornar ao caixa do Tesouro, para livre movimentação, vedada a retenção ou destinação ao fundo no exercício subsequente.



57. Considere que o Poder Executivo tenha verificado que, ao final de um bimestre, a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais. Diante de tal cenário, conforme estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal,
- (A) poderá contingenciar as despesas já empenhadas, em montante suficiente para assegurar o cumprimento das metas.
 - (B) deverá, por ato próprio, promover limitação de empenho e movimentação financeira nos montantes necessários, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (C) deverá adotar medidas de recondução da relação receita corrente líquida e despesas, sob pena de improbidade do Chefe do Executivo.
 - (D) não poderão ser adotadas medidas que importem aumento de pessoal, como concessão de aumentos e benefícios, salvo o reajuste anual previsto na Constituição Federal.
 - (E) fica vedada a concessão ou ampliação de benefícios fiscais, subvenções econômicas e sociais, bem como geração de despesas de caráter continuado.
-
58. A execução das programações orçamentárias de caráter obrigatório, originadas das emendas impositivas previstas na Constituição Federal, quando efetuada na forma de transferências especiais,
- (A) não podem ser computadas para aferição dos gastos mínimos com saúde do ente beneficiário e ao menos 70% devem ser aplicadas em investimentos.
 - (B) são consideradas voluntárias e não integram a receita corrente líquida do ente destinatário, eis que os recursos pertencem ao ente repassador.
 - (C) somente podem ser aplicadas em investimentos e despesas associadas ao regime de previdência do ente beneficiado.
 - (D) independem da celebração de convênio ou instrumento congênere com o ente beneficiado e não podem ser aplicadas em encargos referentes ao serviço da dívida.
 - (E) destinam-se apenas a organizações da sociedade civil, vedada a destinação a outros entes federados ou aplicação direta por estes.
-
59. As receitas públicas comportam diferentes categorizações, conforme o critério de classificação adotado, sendo as receitas classificadas como
- (A) derivadas, quando oriundas do poder de exação estatal, sendo exemplo as decorrentes da arrecadação de impostos.
 - (B) originárias, aquelas conferidas pela Constituição Federal ao ente e que independem da exploração do patrimônio estatal.
 - (C) extraorçamentárias, quando provenientes de transferências voluntárias de outros entes federados.
 - (D) correntes, as originadas a partir da exploração do patrimônio estatal e destinadas a inversões financeiras.
 - (E) extraordinárias, aquelas não previstas na Lei Orçamentária Anual e que somente podem ser aplicadas em despesas de capital.
-
60. De acordo com a disciplina estabelecida no Decreto estadual nº 61.141/2015, que dispõe sobre a Dívida Ativa do Estado de São Paulo,
- (A) o parcelamento de débitos inscritos em Dívida Ativa depende da anuência do órgão titular do crédito, quando envolver redução dos valores de juros e multa.
 - (B) não poderá ser recusada a inscrição na Dívida Ativa de débito fiscal informado pelo órgão de origem, ainda que não seja possível a identificação do CNPJ do devedor.
 - (C) compete à Secretaria da Fazenda a inscrição de débitos tributários e não tributários no sistema eletrônico da Dívida Ativa, em até 30 dias do recebimento do processo administrativo.
 - (D) a Procuradoria-Geral do Estado não poderá deixar de ajuizar débitos regularmente inscritos na Dívida Ativa, salvo se concedida anistia ou remissão, por lei específica.
 - (E) o débito inscrito na Dívida Ativa, ainda que não ajuizado, poderá ser objeto de protesto e de cobrança administrativa.
-
61. Suponha que determinada empresa tenha vencido licitação instaurada pela ARTESP para prestação de serviços de limpeza e que a Agência tenha se negado a assinar o respectivo contrato, uma vez que a empresa encontra-se inscrita no CADIN estadual. Considerando a disciplina estabelecida na Lei nº 12.799/2008, a conduta da ARTESP no caso citado afigura-se
- (A) correta, apenas se a inscrição no CADIN tiver relação com débitos perante a ARTESP, dada a autonomia financeira da Agência.
 - (B) correta, eis que a existência de inscrição no CADIN constitui impedimento para assinatura de contratos, ainda que decorrentes de regular procedimento licitatório.
 - (C) abusiva, eis que o vencedor do certame possui direito subjetivo à assinatura do contrato, e a legislação do CADIN não agasalha tal conduta.
 - (D) intempestiva, dado que a consulta de existência de pendências junto ao CADIN deve ocorrer no momento da habilitação, sob pena de preclusão.
 - (E) equivocada, eis que a existência de registro no CADIN constitui impedimento apenas para celebração de convênios e instrumentos congêneres.



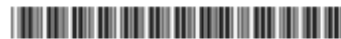
62. A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei complementar nº 101/2000) contempla disposições voltadas à ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e se corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas. Nesse contexto, a denominada reserva de contingência
- (A) corresponde a montante destinado à cobertura do passivo atuarial do regime próprio de previdência do ente, integrante da Lei Orçamentária Anual (LOA).
 - (B) é prevista no Plano Plurianual (PPA) e destinada a investimentos que ultrapassem dois exercícios financeiros.
 - (C) somente pode ser utilizada em caso de calamidade pública ou em grave restrição financeira decorrente de desequilíbrio macroeconômico.
 - (D) é fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e somente pode ser utilizada para assegurar o cumprimento das metas previstas no Anexo de Metas Fiscais.
 - (E) integra a Lei Orçamentária Anual (LOA) e corresponde a um percentual da receita corrente líquida, sendo destinada a fazer frente a passivos contingentes e riscos fiscais.

Atenção: As questões de números 63 a 71 referem-se à disciplina Recursos Humanos na Administração Pública.

63. Saulo, empregado da ARTESP admitido mediante concurso público, almeja ocupar posição de confiança na agência, de assessoramento à Diretoria, porém tem observado que tal posição historicamente vem sendo desempenhada por pessoas que não prestaram concurso público. Nesse cenário, a pretensão de Saulo afigura-se
- (A) inviável, eis que apenas funções de chefia e direção são passíveis de ser destinadas a ocupantes de quadro permanente, sendo as de assessoramento reservadas a empregos em comissão.
 - (B) legítima, dado que as funções de assessoramento são destinadas exclusivamente a ocupantes de emprego permanente, mediante função de confiança.
 - (C) viável, mediante a atribuição de função de confiança, o que não significa ilegalidade do provimento em comissão, conforme descrito.
 - (D) viável, observado o limite de 50% determinado pela legislação de regência para livre provimento.
 - (E) cabível, desde que Saulo tenha mais de 5 anos no emprego público, a partir de quando terá a prerrogativa de ocupar postos de assessoramento destinados preferencialmente aos comissionados.
64. De acordo com a disciplina estabelecida pela Lei Complementar nº 1.395/2023, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 1.435, de 2025, caso titular de cargo público efetivo de órgão da União seja nomeado para ocupar cargo em comissão da ARTESP, mediante afastamento do órgão de origem, com prejuízo dos vencimentos,
- (A) deverá receber, exclusivamente, benefícios do cargo de origem, não podendo o afastamento ensejar qualquer ônus financeiro para a Agência, salvo verbas indenizatórias, como vale alimentação.
 - (B) tendo optado pela remuneração e vantagens do cargo de origem e não pela remuneração do respectivo cargo em comissão, fica vedado qualquer acréscimo ou combinação de vantagens entre os diferentes regimes remuneratórios.
 - (C) poderá acumular a remuneração do cargo de origem com a remuneração do respectivo cargo em comissão, observado o teto constitucional aplicável, correspondente ao subsídio do Governador.
 - (D) poderá, caso esteja sujeito ao regime de subsídio, receber a remuneração da origem acrescida das vantagens pecuniárias do respectivo cargo em comissão, cuja somatória não poderá ultrapassar uma vez e meia o subsídio do cargo em comissão.
 - (E) poderá receber a remuneração do cargo de origem, acrescida de 60% do valor do subsídio fixado para o respectivo cargo em comissão, observada a limitação constitucional remuneratória aplicável.
65. A evolução funcional dos ocupantes de emprego público permanente do quadro funcional da ARTESP, conforme disciplinada pela Lei Complementar nº 1.267/2015, pode ocorrer mediante
- (A) promoção, para classe imediatamente superior, mediante aplicação de provas e participação em capacitação, em intervalos semestrais, limitada a 30% dos cargos do mesmo grau integrantes do quadro permanente.
 - (B) progressão, para grau imediatamente superior, dentro da mesma classe, mediante avaliação de desempenho, desde que cumprido, no mesmo grau, o interstício mínimo de 2 anos de efetivo exercício.
 - (C) acesso, para grau imediatamente superior ao ocupado, mediante avaliação anual de desempenho, com movimentação limitada a 40% do quadro permanente.
 - (D) investidura, no mesmo grau e em classe imediatamente superior, com interstício mínimo de 2 anos, por critério de antiguidade ou merecimento.
 - (E) designação, apenas para postos de liderança, no mínimo após 3 anos de ingresso, mediante despacho fundamentado da autoridade competente.



66. Pedro, ocupante de cargo público efetivo afastado para prestar serviços na ARTESP, envolveu-se em discussão com representante de empresa concessionária de serviços regulados pela Agência, tendo proferido ofensas ao referido particular, negando-se a fornecer informações sobre o andamento de procedimento de reequilíbrio econômico-financeiro em curso e chegando às vias de fato com agressão física. Testemunhas que presenciaram o ocorrido afirmam que Pedro agiu de forma injustificada e colegas apontam que essa não é a primeira vez que Pedro age com falta de urbanidade em relação a concessionários e permissionários. Diante de tal circunstância, considerando o disposto na Lei Estadual nº 10.261/1968 e suas alterações (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo),
- (A) Pedro estará sujeito à pena de demissão que pode ser mitigada para aplicação da pena de suspensão, cujo prazo prescricional é de 2 anos, após apuração em inquérito administrativo disciplinar.
 - (B) a autoridade competente deverá instaurar sindicância, para apuração circunstanciada dos fatos, estando Pedro sujeito à pena de suspensão, conversível em multa.
 - (C) preliminarmente à instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar, deverá ser adotada solução autocompositiva, conduzida por facilitador de justiça restaurativa.
 - (D) Pedro deverá ser afastado cautelarmente de suas funções, com prejuízo da remuneração, devendo a sindicância punitiva ser concluída no prazo máximo de 90 dias.
 - (E) caberá a instauração de processo administrativo disciplinar, estando Pedro sujeito à pena de demissão a bem do serviço público e sendo descabida a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta.
-
67. De acordo com os recentes aprimoramentos introduzidos à Norma Regulamentadora nº 1, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Portaria MTE nº 1.419, de 27 de agosto de 2024, e conforme Portaria MTE nº 765, de 15 de maio de 2025,
- (A) será obrigatória, a partir de 26 de maio de 2026, a adoção de Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), formalmente documentado, consistente em conjunto coordenado de ações da organização para atingir os objetivos de prevenção e gerenciamento dos riscos ocupacionais.
 - (B) as organizações ficam obrigadas, a partir de 15 de junho de 2025, a apresentarem, anualmente, ao MTE, Relatório Circunstanciado de Riscos Ocupacionais (RCRO), contendo a criticidade e probabilidade dos riscos envolvidos nas respectivas atividades laborais.
 - (C) as organizações públicas passam a ter as mesmas obrigações das organizações privadas quanto à adoção de medidas de prevenção e mitigação de riscos ocupacionais, anteriormente só atribuídas a estas últimas, com comprovação do cumprimento a partir do exercício de 2026.
 - (D) os programas de prevenção de riscos ocupacionais e respectivas capacitações e treinamentos deverão incorporar riscos relativos à saúde mental, de acordo com as normativas aprovadas a cada biênio pelo MTE, sendo a primeira diretriz publicada até 26 de maio de 2026.
 - (E) os empregadores, públicos e privados, passam a responder solidariamente pelos danos sofridos pelos empregados em razão de eventos ocupacionais, caso não seja adotado, a partir de 15 de junho de 2026, Programa de Prevenção e Mitigação de Riscos (PPMR).
-
68. A disciplina estabelecida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em relação ao direito à percepção de remuneração ou compensação pelo exercício de horas extras e respectivos limites e percentuais, predica que:
- (A) empregados que recebam adicional de insalubridade não podem atuar além da jornada ordinária, salvo em situações de risco iminente ou para finalização de trabalho inadiável, mediante comunicação simultânea ao Ministério do Trabalho e Emprego, assegurada remuneração correspondente ao dobro da hora normal.
 - (B) é facultada a adoção de regime de horas extras habituais, não excedente a 3 horas por dia de trabalho e, no máximo, 15 horas semanais, com remuneração pelo menos 25% superior à hora normal, desde que não se trate de atividade insalubre ou perigosa.
 - (C) os empregados que ocupem função de gerência ou chefia de departamento não fazem jus ao recebimento de remuneração diferenciada por horas extraordinárias, porém possuem direito à compensação do excedente à jornada de 8 horas diárias no mesmo mês em que ocorra a extrapolação.
 - (D) é permitido o acréscimo de até 2 horas extraordinárias por dia de trabalho, com remuneração pelo menos 50% superior à hora normal, admitindo-se, alternativamente, a adoção de banco de horas para compensação das horas extras, não podendo ser ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.
 - (E) na hipótese de o contrato de trabalho em regime de tempo parcial, inferior a vinte e seis horas semanais, as horas suplementares a este quantitativo não serão consideradas horas extras para fins de pagamento adicional, sendo remuneradas como hora normal de trabalho, desde que o total não extrapole a jornada de 48 horas semanais.
-
69. Considere que determinado empregado público, com regime de trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), conte com 31 (trinta e uma) faltas no período aquisitivo de 1 ano e tenha apresentado requerimento para o gozo de férias após completar o citado período aquisitivo. Referido empregado, de acordo com as disposições da CLT,
- (A) não terá direito ao gozo de férias no referido período aquisitivo, mas apenas à percepção do adicional de 1/3, a título indenizatório.
 - (B) não terá direito ao gozo de férias e respectivos acréscimos pecuniários em relação ao citado período aquisitivo, dada a extrapolação do limite de 30 faltas anuais.
 - (C) terá direito ao gozo de férias proporcionais de 15 dias e sofrerá desconto de 5 dias de trabalho no pagamento correspondente.
 - (D) somente poderá usufruir as férias relativas ao referido período após completar novo período aquisitivo de 1 ano, com menos de 16 faltas injustificadas.
 - (E) terá direito a férias proporcionais, relativas ao citado período aquisitivo, correspondente a 12 dias corridos.



70. No que concerne à multa rescisória, 13^a salário e aviso prévio, tem-se que a extinção consensual, entre empregador e empregado, do contrato de trabalho, conforme disciplina estabelecida na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT),
- (A) assegura o recebimento de 13^a proporcional, aviso prévio indenizado, porém não contempla o pagamento de multa rescisória incidente sobre o saldo da conta vinculada do FGTS.
 - (B) afasta o cumprimento de aviso prévio ou sua indenização e assegura ao empregado o recebimento de multa rescisória de 40% do saldo da conta vinculada do FGTS.
 - (C) assegura a multa rescisória de 20% sobre a integralidade do saldo de depósitos da conta vinculada do FGTS, bem como o recebimento de 50% do aviso prévio, se indenizado.
 - (D) contempla aviso prévio indenizado e multa rescisória sobre o saldo da conta vinculada do FGTS, ambos em valores correspondentes a 2/3 do montante que seria devido em caso de demissão imotivada.
 - (E) equipara-se, para efeito de 13^a salário, aviso prévio e multa rescisória, à demissão imotivada, devendo a referida modalidade estar expressamente prevista em Acordo Coletivo ou Convenção Coletiva.
-
71. Em relação à remuneração do trabalho noturno das mulheres, na forma disciplinada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), tem-se que:
- (A) os salários serão acrescidos de porcentagem adicional de 20%, no mínimo, e cada hora do período noturno terá 52 minutos e 30 segundos.
 - (B) assegura-se o pagamento de adicional noturno de, no mínimo, 50% sobre o valor da hora diurna, com jornada diária limitada a 6 horas.
 - (C) comporta, em substituição ao adicional noturno, a redução da jornada de trabalho em 2 horas, sem desconto do salário.
 - (D) cada hora do período noturno terá duração de 55 minutos e 30 segundos e será acrescida do adicional de, no mínimo, 30%.
 - (E) em se tratando de gestante, cada hora do período noturno terá duração de 45 minutos e 30 segundos, sendo acrescida do mesmo adicional aplicável às não gestantes, de 25%.

Atenção: As questões de números 72 a 80 referem-se à disciplina Auditoria e Prestação de Contas.

72. No que se refere aos procedimentos de auditoria interna, os testes de observância
- (A) visam obter segurança integral do correto funcionamento dos controles internos.
 - (B) não se aplicam aos administradores da entidade, já que sua relação com a entidade é de direito.
 - (C) realizados pelo auditor, em procedimentos de inspeção, incluem a verificação de documentos e registros da entidade.
 - (D) devem se limitar ao campo interno da entidade, ainda que na obtenção de informações em procedimentos de investigação.
 - (E) referentes a testes de observação envolvem recálculos de valores constantes nos demonstrativos contábeis.
-
73. A auditoria das demonstrações contábeis de determinada entidade tem como objetivo
- (A) emitir opinião para atestar a integral conformidade dos demonstrativos financeiros.
 - (B) melhorar o desempenho da entidade na bolsa de valores.
 - (C) reduzir a zero o risco de erro ou fraudes na elaboração das demonstrações contábeis.
 - (D) aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários.
 - (E) confirmar a lucratividade do empreendimento.
-
74. O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) atua no âmbito do controle externo da administração pública do governo desse Estado. Nesse contexto, o diretor-presidente da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP), ao prestar contas de sua gestão ao TCESP, terá suas contas
- (A) julgadas provisoriamente e enviadas para o Poder Legislativo.
 - (B) julgadas provisoriamente e enviadas para o Tribunal de Justiça.
 - (C) apreciadas e enviadas para o Poder Legislativo, para notificar do julgamento.
 - (D) apreciadas e enviadas para o Tribunal de Justiça, para notificar do julgamento.
 - (E) julgadas definitivamente pela Corte de Contas do Estado de São Paulo.
-
75. No desenrolar de uma auditoria de determinado órgão público do estado de São Paulo, os auditores de controle externo verificaram a presença de atos que causaram R\$ 100.000,00 (cem mil reais) de danos ao erário por conta da concessão de aumento salarial aos servidores públicos em desconformidade com a regra legal. Se, no decorrer do processo, os referidos danos não forem devidamente justificados e afastados, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) julgará as contas como
- (A) regulares.
 - (B) irregulares.
 - (C) regulares com ressalva.
 - (D) ilíquidáveis.
 - (E) danosas.



76. Com base nas funções de auditoria desenvolvidas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), considere:
- I. No decorrer de uma inspeção, em caso de força maior e/ou segredo de Estado, o Chefe do Poder Executivo pode se recusar a atender à requisição de documentos formulada por auditor do TCESP.
 - II. O TCESP, por meio de seus auditores, deve verificar a regularidade da execução da programação financeira dos seus jurisdicionados.
 - III. Caso o responsável pelo controle interno de uma autarquia do estado de São Paulo tome conhecimento de uma irregularidade, é obrigado a dar ciência ao TCESP, sob pena de responsabilidade solidária.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.
-
77. Nos trabalhos de auditoria externa, o auditor independente pode utilizar os trabalhos da auditoria interna para auxiliar na formação da sua opinião. Nesse contexto,
- (A) o auditor independente tem total responsabilidade pela opinião expressa em seu relatório de auditoria e essa responsabilidade não é reduzida pela utilização de trabalhos da função de auditoria interna.
 - (B) embora a auditoria interna não seja independente, a responsabilidade do auditor independente pela opinião expressa em seu relatório é reduzida proporcionalmente à extensão da utilização dos trabalhos realizados pela auditoria interna.
 - (C) a função de auditoria interna e os auditores internos são considerados independentes da entidade, uma vez que podem executar procedimentos semelhantes aos auditores independentes.
 - (D) o auditor independente é dispensado de obter evidências suficientes e apropriadas de que o trabalho da auditoria interna é adequado para os fins da auditoria, caso aplique testes substantivos.
 - (E) os requisitos das normas de auditorias são concebidos para incentivar a utilização primordial do trabalho dos auditores internos, de modo a diminuir proporcionalmente o peso do julgamento do auditor independente.
-
78. No que se refere aos procedimentos de auditoria em resposta a riscos de auditoria avaliados, o auditor deve
- (A) considerar que, na ausência de distorções detectadas em testes substantivos, os controles internos são eficazes.
 - (B) indagar os envolvidos isoladamente, dado que esse procedimento é suficiente para obter evidência de que os controles operam efetivamente.
 - (C) realizar procedimentos substantivos para cada saldo de conta significativo, independentemente dos riscos identificados de distorção relevante.
 - (D) confiar em testes de controles realizados na auditoria anterior, se o risco for significativo.
 - (E) emitir uma opinião adversa na impossibilidade de obter evidência suficiente sobre uma afirmação relevante.
-
79. A respeito das competências dos órgãos de controle do governo do Estado de São Paulo tem-se que
- (A) a fiscalização das operações financeiras do Estado de São Paulo é de titularidade do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, com auxílio da Assembleia Legislativa de São Paulo.
 - (B) as admissões de servidores comissionados por parte da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) devem ser informadas ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para fins de registro.
 - (C) o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, diante de iminente perigo de dano ao erário, pode, de imediato, determinar ao Estado de São Paulo a sustação de contratos administrativos.
 - (D) o sistema de controle interno integrado dos Poderes do Estado de São Paulo controla a forma de calcular qualquer parcela integrante dos salários dos seus membros e servidores.
 - (E) pessoa jurídica de direito privado que administre bens públicos não presta contas ao Estado, devendo ser demandada judicialmente em caso de possíveis irregularidades.
-
80. A auditoria interna
- (A) tem como foco principal atestar que os demonstrativos contábeis foram elaborados considerando a estrutura de relatório financeiro aplicável.
 - (B) e o auditor independente possuem total independência frente à administração.
 - (C) e a auditoria independente têm como objetivo principal aumentar o grau de confiança dos responsáveis nos controles internos da entidade.
 - (D) sofre interferência de fraudes nos procedimentos de amostragem em maior proporção do que a auditoria independente.
 - (E) e o auditor independente podem utilizar métodos estatísticos na definição da amostragem de auditoria.



PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, Capítulo 11: item 11.4 Na **Prova Discursiva-Redação** o candidato deve produzir um texto dissertativo-argumentativo autoral, coeso e coerente, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, a partir de proposta única sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos, referido no presente Edital. [...] 11.10 O candidato deverá atentar para a folha destinada ao rascunho e a folha destinada à resposta definitiva, a fim de que não seja prejudicado. A folha para a resposta definitiva será a única válida para a avaliação da Prova Discursiva-Redação. 11.11 Na Prova Discursiva-Redação, deverão ser rigorosamente observados limites mínimo de 20 (vinte) e máximo de 30 (trinta) linhas sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.

Há 35 anos o Dicionário Cambridge escolhe e publica a "palavra do ano". Alguns exemplos: em 2017 foi eleita "fake news", em 2020 "covid", e em 2025 "parasocial interaction" (interação parassocial). Nem a IA nem esse tipo de adição emocional são fenômenos novos. Em 2013, um filme de ficção originalmente chamado "Her" ("Ela") contava o que se passou com um escritor ao comprar um novo sistema operacional (Samantha) para seu computador. Ele se apaixona pela Samantha virtual a ponto de desenvolver ciúme em relação à IA. Mais que isso, em sua análise a IA compara-se muito favoravelmente com seus relacionamentos humanos.

O termo "parassocial" teria sido cunhado em 1956 para descrever as ligações psíquicas que telespectadores formavam com personalidades da TV de então e, hoje, volta à cena com força, num ambiente de "influenciadores digitais" e "companheiros" (avatars criados por IA), que se propõem a dialogar conosco e se colocam permanentemente à disposição. "Parassocial" descreve uma condição crescente de vínculos emocionais unilaterais, intensos, que parecem reais a quem os sente, mesmo que não haja reciprocidade real.

A IA não é um objeto como os que conhecíamos: eu tenho a mesma caneta e o mesmo relógio há décadas, e gosto deles, mas eles não mudam nem se adaptam. A IA é fluida, personalizada, responde amavelmente e memoriza nossas opiniões, reforçando-as. O confortável fato de não nos exigir reciprocidade torna o pseudodiálogo uma volta reforçada ao "eu". Talvez uma forma sofisticada de solipsismo. Neste cenário, nossa privacidade passa por uma crise inédita: nunca depositamos tantos dados, confissões, segredos, angústias e memórias em entidades cujo propósito real não conhecemos. E dados são o motor do circuito econômico que gira a IA: eles são coletados, processados, vendidos e acabam por expor nosso exato perfil.

(Demi Getschko. Disponível em: <https://www.estadao.com.br>, 01/12/2025. Adaptado)

Considerando as ideias acima, desenvolva um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:

Interação parassocial: a crescente dependência afetiva da IA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	



12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO